



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº 720 – DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova o Planejamento Estratégico de Justiça e Segurança Pública – PEJUSP – Consolidação do Período de 2007 a 2014 e 2015 a 2022, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso II, da Lei nº. 2.152, de 27 de dezembro de 2000, e

Considerando a necessidade de instituir um Plano Estratégico que possa atender as necessidades da Segurança Pública no Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecendo política de ações nas diversas áreas que melhore o atendimento à sociedade;

Considerando que o Planejamento Estratégico busca alcançar metas de curto, médio e longo prazo a serem implantadas continuamente dentro de uma perspectiva que acompanha a evolução socioeconômica e tecnológica do Estado e busca melhorar a qualidade da segurança pública;

Considerando que o Plano Estratégico destina-se a oferecer aos gestores da segurança pública uma ferramenta com vistas a nortear suas ações voltadas principalmente à redução da criminalidade,

R E S O L V E:

Art.1º. Fica aprovado o Planejamento Estratégico de Justiça e Segurança Pública – PEJUSP – Consolidação do Período: 2007 a 2014 e 2015 a 2022, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 19 de novembro de 2014.

WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO ÚNICO

À RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº720 – DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA –
PEJUSP – CONSOLIDAÇÃO DO PERÍODO: 2007 a 2014 e 2015 a 2022**

Campo Grande – MS

Ficha Institucional

Dr. André Puccinelli

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini

Secretário de Estado Justiça e Segurança Pública

Coronel PM Geraldo Garcia Orti

Superintendente de Planejamento, Projetos e Ações Integradas das Políticas de Segurança Pública

Procurador de Autarquia Rafael Garcia Ribeiro

Superintendente de Políticas Penitenciárias

Delegado André Matsushita

Superintendente de Segurança Pública

Luiz Serafim Dias

Superintendente de Administração e Finanças

José Mandu Neto

Superintendente de Inteligência

Delegado Rubens Grandini

Superintendente de Assistência Socioeducativa

Delegado Jorge Razanaukas Neto

Delegado-Geral de Polícia Civil

Coronel PM Valter Godoy Rojas

Comandante-Geral da Polícia Militar

Coronel BM Ociel Ortiz Elias

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar

Coronel PM Deusdete Souza de Oliveira Filho

Diretor Presidente da Agência do Sistema Penitenciário

Perito Papiloscopista José Bento Correa

Coordenador-Geral de Perícias

Delegado Fernando de Paula Lousada

Diretor-Geral do Centro Integrado Operações Segurança

Coronel PM Edilson Osnei Nazareth Duarte

Diretor do Departamento de Operações de Fronteira

Coronel PM Reginaldo Medeiros

Coordenador Estadual de Polícia Comunitária.

Comissão de Elaboração do PEJUSP

Coronel PM Geraldo Garcia Orti – Presidente.
Superintendente de Planejamento, Projetos e Ações Integradas das Políticas de Segurança Pública.

Delegado André Matsushita – Relator.
Superintendente de Segurança Pública

Procurador de Autarquia Rafael Garcia Ribeiro - Membro
Superintendente de Políticas Penitenciárias

Luiz Serafim Dias - Membro
Superintendente de Administração e Finanças

José Mandu Neto - Membro
Superintendente de Inteligência

Delegado Rubens Grandini – Membro
Superintendente de Ações Socioeducativas

Colaboradores e Representantes das Instituições

Coronel PM Marcio Villasanti Romero
Polícia Militar

Tenente Coronel PM Paulo Roberto Nunes
Polícia Militar

Delegado Sérgio Luiz Duarte
Polícia Civil

Tenente Coronel BM Sidnei Ribeiro da Cruz
Corpo de Bombeiro Militar

Perito Criminal Eduardo Carvalho de Almeida
Coordenadoria Geral de Perícia

Perito Médico Legista Ronaldo Rosa
Coordenadoria Geral de Perícia

Major BM Danilo Santos Moreira Leite
CIOPS

Gestora Penitenciária Jane Maria Motta Stradiotti
AGEPEN

Gestor Penitenciário Valdimir Ayala Castro
AGEPEN

Gestor Penitenciário Pedro Carrilho de Arantes
AGEPEN

Gestor Penitenciário Antonio Rubens Fernandes
AGEPEN

Investigador Francisco Duarte de Almeida
Superintendência de Inteligência

Major PM Célio Ramos Barbosa
Coordenador Estadual Rede EAD/SENASP.

SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	7
APRESENTAÇÃO	6
1. HISTÓRICO.....	7
2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	11
3. ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
2.1 Estrutura das Instituições da Secretaria de Justiça e de Segurança Pública.....	12
4. ANÁLISE DE CENÁRIO.....	22
4.1 Situação Demográfica do Estado	23
4.2 Cenário Socioeconômico do Estado	24
4.3 Cenário da Justiça e Segurança Pública.....	25
4.4 Sensação de Insegurança no Brasil	35
4.5 Percepção sobre as Organizações Policiais no Brasil	36
5. ANÁLISE AMBIENTAL	37
5.1 Análise do Ambiente Externo	37
5.2 Análise do Ambiente Interno	38
6. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	40
6.1 Missão	40
6.2 Visão de Futuro	40
6.3 Valores.....	40
7. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	41
8. ALINHAMENTO DAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL E DO GOVERNO FEDERAL	41
9. PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	42
10. MAPA ESTRATÉGICO	42
11. OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E INICIATIVAS.....	47
11.1 Eixos Balizadores para os Objetivos da SEJUSP.....	47
11.2 Objetivo Geral	48
11.3 Objetivos Específicos.....	48

11.4 Indicadores e Metas.....	49
11.5 Iniciativas.....	49
12. REVISÃO DESTE PLANO.	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
ANEXO I – INICADORES E METAS	52
ANEXO II – PAINEL DE INICIATIVAS	60

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

O presente Plano Estratégico destina-se a oferecer aos sucessivos Secretários de Justiça e Segurança Pública uma ferramenta com vistas a nortear suas ações voltadas para a redução da criminalidade no Estado de Mato Grosso do Sul, retratada principalmente nos índices que mais de perto afetam o cidadão, quais sejam, crimes de homicídio, homicídio culposo no trânsito e crimes contra o patrimônio (furto e roubo). Dados estes, obtidos por meio da inteligência virtual extraída do banco de dados único da SEJUSP, que orienta o planejamento das ações policiais com base na frequência dos crimes, nas cidades, bairros e ruas, nos horários de maior incidência e impacto na sociedade.

Entende-se que decorrente dessa atuação, pode-se propiciar ao cidadão maior credibilidade institucional à Polícia de Mato Grosso do Sul e resgatar a sensação de segurança, que, por vezes, a sociedade reclama, objetivo este, que a SEJUSP vem perseguindo com êxito.

Embora o atual governo tenha encetado ingentes esforços por meio de investimentos na segurança pública, dado a limitações financeiras do Estado, não foi suficiente para atender a complexidade dos problemas de segurança que o cidadão necessita no seu cotidiano.

Mister se faz, que os sucessivos Governos Estaduais e Federais deem prioridade à Segurança Pública desse Estado, mormente no enfrentamento mais decisivo ao narcotráfico, que pela vulnerabilidade das fronteiras com países produtores de drogas que entram e são consumidas em alta escala provocando além dos efeitos maléficos à saúde dos brasileiros uma variedade enorme de crimes decorrentes desse consumo.

Wantuir Francisco Brasil Jacini

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico de Justiça e Segurança Pública – PEJUSP consolidação do período 2007 a 2014 e 2015 a 2022 engloba e coordena o planejamento estratégico de todas as Superintendências, Instituições e Agência que compõe a pasta, quais sejam, Superintendência de Segurança Pública, Superintendência de Inteligência de Segurança Pública, Superintendência de Administração e Finanças, Superintendente de Planejamento, Projetos e Ações Integradas de Políticas de Segurança Pública e Superintendência de Ações Socioeducativas, Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, e as instituições Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Coordenadoria Geral de Perícias - CGP, Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS, Departamento de Operações de Fronteira - DOF e Coordenadoria Geral de Policiamento Aéreo - CGPA.

O PEJUSP tem por objetivo integrar todos os planejamentos institucionais, de forma coordenada e compartilhada, respeitando as atribuições Constitucionais de cada instituição, buscando dessa maneira alcançar execução de ações com a maior eficácia, eficiência e efetividade possível, sendo atualizado anualmente, adequando-se à evolução social e tecnológica da sociedade.

Alcançando esse objetivo, o PEJUSP atingirá sua finalidade maior que é redução da violência e da criminalidade, promovendo a paz e defesa social.

1. HISTÓRICO

Em 11 de outubro de 1977, por força da Lei Complementar nº 31 foi formalizada a divisão do Estado de Mato Grosso, ocorrendo o nascimento de uma nova unidade da Federação denominada de Mato Grosso do Sul. O novo Estado importou a estrutura administrativa e operacional que desse continuidade aos serviços públicos necessários ao seu desenvolvimento. Parte do funcionalismo do Estado de Mato Grosso passou a integrar o quadro de pessoal do novo Estado, principalmente, o que já atuava no seu território.

Por meio do Decreto-Lei nº 2 de 1º de janeiro de 1979 o Estado de Mato Grosso do Sul dispôs sobre a organização da administração pública do poder executivo, com a criação de oito secretarias, dentre elas a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Justiça. Eram duas secretarias, diferente de hoje que são fundidas formando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

A Secretaria de Segurança Pública passou a ser organizada, avivando a Polícia Militar em 1980 com efetivo já formado no Estado por meio de concurso público. Em 1981 é aprovada a Lei nº 270, que adiciona a participação da mulher na Polícia Militar. Em 1983 é realizado o concurso público para provimento de todas as categorias funcionais da Polícia Civil. A Academia de Polícia Civil, em 12 de março de 1984, é inaugurada para atender à formação profissional desses primeiros servidores, inclusive dos futuros delegados de polícia. A partir da edição da Lei nº 5.376 de 37 de outubro de 2000 que reorganiza a estrutura básica do poder executivo da Secretaria de Segurança passa a denominar-se de Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, assumindo a responsabilidade da supervisão e da execução da política penitenciária do Estado e da coordenação, controle e administração dos estabelecimentos prisionais. No ano de 2008 a SEJUSP assumiu a coordenação, o acompanhamento e a supervisão do processo de implantação, implementação e de execução das medidas socioeducativas, em regime de semiliberdade, internação provisória e de internação, aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, conforme disposição a Lei nº 3.581 de 21/11/08.

O processo de mudança da concepção de Segurança Pública brasileira tem como referência a Constituição de 1988 na qual, pela primeira vez, o tema foi tratado, constitucionalmente, de forma específica e associado à noção de direito.

Em 1995 foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, como a

missão de implementar e acompanhar a política de segurança pública no país. Foi instituído no ano de 2007 o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, de forma a integrá-los na prática, sem interferir na autonomia dos órgãos de segurança.

Foi lançado no ano de 2007 o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI com o objetivo de articular políticas de segurança auxiliado por ações sociais, para enfrentar e diminuir a criminalidade nas áreas metropolitanas mais violentas do Brasil.

O Ministério da Justiça no ano de 2009 realizou a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, no período de 27 a 30 de agosto, em Brasília, com a participação dos trabalhadores em segurança, dos gestores e a sociedade civil que discutiram e aprovaram diretrizes a serem implementadas como política de segurança pública.

Com vistas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira o governo federal instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras por meio do Dec. Nº 7.496 de 8/06/11. O plano operacional tem como foco principal o combate ao tráfico de armas e drogas, crimes fiscal, financeiro, ambiental e homicídios, especialmente em 34 pontos identificados como vulneráveis nas regiões fronteiriças. Ao todo, o Brasil possui 27% de seu território em zona fronteiriça, o que corresponde a 16.886 quilômetros de extensão, distribuídos por 11 estados e 588 municípios.

Mato Grosso do Sul, constituído por 79 municípios, ladeado por extensa faixa de fronteira seca com Paraguai e Bolívia, dos quais, 44 municípios situam-se na faixa de fronteira com população de 1,1 milhão de hab/BR e 500 mil hab/PY-BO, e uma extensão territorial de fronteira de 1.517 km, servida por extensa malha viária, composta por rodovias federais, estaduais e vicinais.

Tais características personalíssimas ensejaram o registro de 71.055 boletins de ocorrência só no ano de 2013, na região de fronteira.

Para fazer frente a essa demanda criminal, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública conta na faixa de fronteira com 53 delegacias de polícia civil, 06 batalhões de polícia militar e 03 companhias independentes de polícia militar, 06 grupamentos de combate a incêndio e 04 seções de aeroportos de bombeiros militar, 24 unidades prisionais da AGEPEN, 05 unidades de perícias e 04 unidades do DOF e DEFRON, totalizando 109 unidades.

Mobiliando essas unidades todas contamos com 514 policiais civis, 1717 PMS, 302 bombeiros, 457 servidores penitenciários, 67 socioeducadores, 120 servidores da perícia, num universo de 3177 servidores de segurança pública.

Em andamento diversos concursos públicos para ingresso de trabalhadores em segurança pública, somando mais de 1.500 novos servidores em todas as agências de segurança do estado.

A par de todo esse aparato, foram adotadas diversas políticas públicas qualificadas de segurança, como de integração das forças, de capacitação dos efetivos, de modernização da gestão, com implementação de doutrinas de inteligência, análise criminal e planejamentos operacionais compartilhados.

Essas inovações lastreadas em novos paradigmas de gestão e de ação fizeram com que os números de estatísticas criminais fossem reduzidos de maneira consistente, contínua e perene.

Tais inovações trouxeram outro reflexo natural. O aumento considerável da população carcerária no Estado. Polícias eficientes trabalhando em região de fronteira produzem muito, e o produto desse trabalho todo, além da redução da criminalidade é a custódia do preso.

Boa parte, 25,94%, dos presos custodiados em nossas unidades prisionais é oriunda de outros estados, que foram flagrados transportando entorpecentes buscados em países vizinhos, e que seriam levados para outros estados, ou seja, são pessoas sem qualquer vínculo familiar ou territorial com Mato Grosso do Sul, todavia, como foram presos e processados aqui, tem também a pena executada aqui. E muito embora estivessem praticando tráfico internacional de drogas, essa característica acaba não evidenciada no processo penal e o indivíduo acaba julgado e condenado pela justiça estadual.

Não obstante a modernização de nossas instituições policiais e da profissionalização da gestão da pasta, o que colocou-nos na posição de um dos estados mais seguros do Brasil em ranking recentemente publicado por organização não governamental independente e apesar da nossa posição geográfica, que deveria ser entendida e tratada como posição estratégica de interesse nacional no âmbito de segurança pública, não se percebeu a necessária valorização e destaque nesse sentido.

É preciso maciço investimento federal em nossas instituições policiais, para que possamos a cada dia mais enfrentar a criminalidade organizada e a criminalidade comum

que agem em nossa região de fronteira e que buscam internacionalizar drogas, armas e munições, enviando-as para outras unidades da federação.

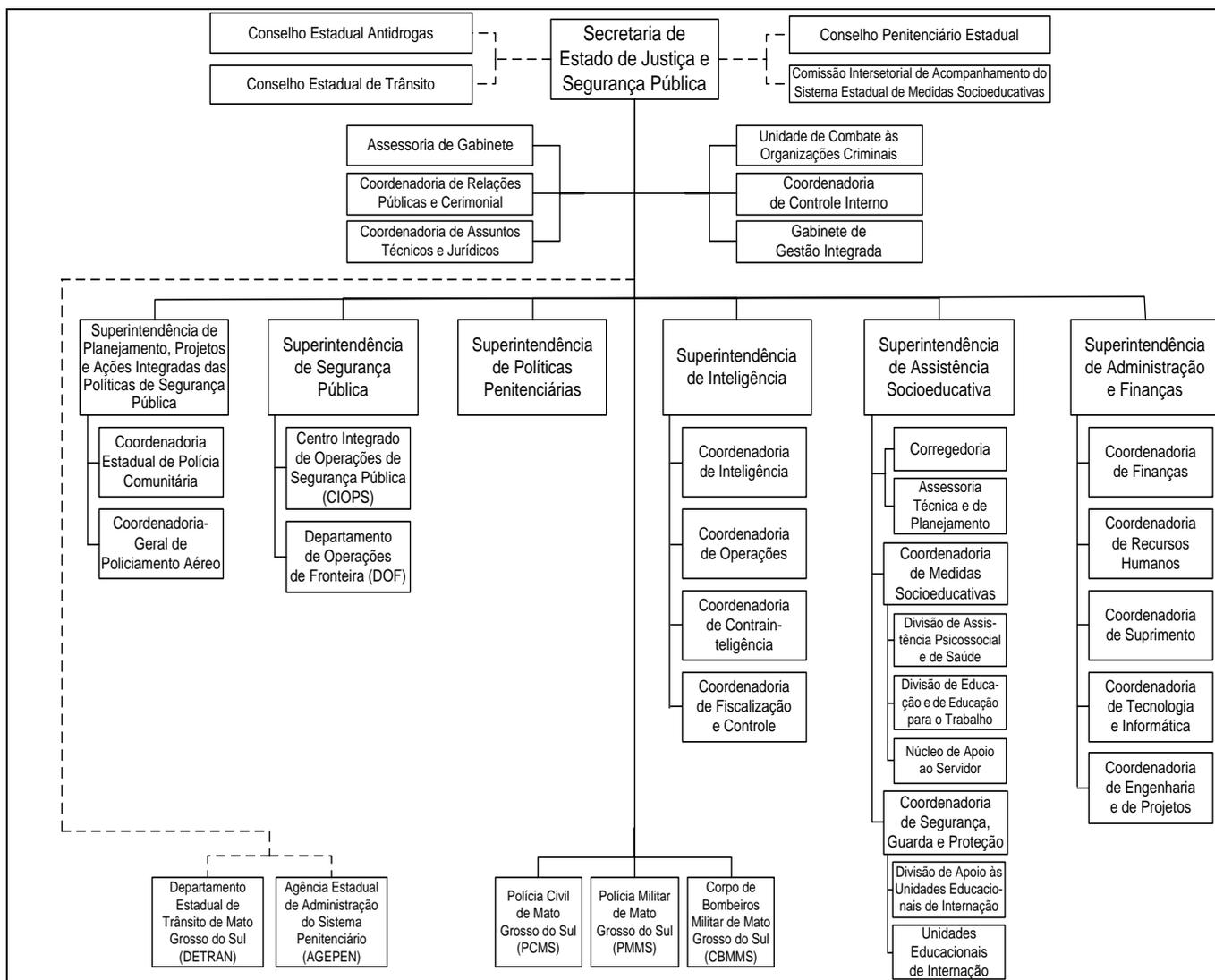
É preciso também investimento federal em nosso sistema penitenciário, através da criação de novas vagas, o que só é possível com a construção de novos presídios, bem como destinação de recursos para reformas, ampliações e melhorias nas unidades já existentes, para que possamos cumprir os ditames da lei de execuções penais de forma integral e efetiva.

É necessário ainda que o governo federal construa e administre presídios federais no Estado para custodiar os presos da Justiça Federal, para que possa desonerar o Estado de Mato Grosso do Sul que arca com a administração e os custos gerados por esses presos.

Mato Grosso do Sul não é somente mais um estado brasileiro, é a porta do BRASIL. Investir na Segurança Pública de Mato Grosso do Sul é investir na Segurança Pública Brasileira.

2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA BÁSICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)



Fonte: Dec. nº 13.894 de 28/03/2014.

3. ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Este tópico demonstra a conjuntura atual de forma sucinta das Instituições que compõem a estrutura de justiça e segurança pública com abordagem sobre recursos humanos e condições estruturais

3.1 Estrutura das Instituições da Secretaria de Justiça e de Segurança Pública

3.1.1 Polícia Civil

A Polícia Civil, regida pela **Lei Complementar nº 114/2005, Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul**, que trata de sua organização institucional e as carreiras, os direitos e as obrigações dos seus membros, tem como missão investigar de forma permanente, visando a defesa do cidadão, para repressão da criminalidade com excelência. Sua visão é servir e proteger a sociedade com eficácia e eficiência através de investigação criminal técnico-científica e assim ser reconhecida.

Atualmente, conta com um quadro de servidores defasado ante as necessidades e crescimento do Estado e da demanda de serviço, contando com **246 (duzentos e quarenta e seis) Delegados de Polícia**, de um quadro previsto de 330 (trezentos e trinta); com **301 (trezentos e um) Escrivães de Polícia Judiciária**, de um quadro previsto de 600 (seiscentos); com **977 (novecentos e setenta e sete) Investigadores de Polícia Judiciária**, de um quadro previsto de **1.800 (um mil e oitocentos)**, totalizando **1.524 (um mil e quinhentos e vinte e quatro) policiais civis** em exercício, lotados na Instituição. Portanto, existe a defasagem de pelo menos **1.206 (um mil e duzentos e seis vagas)**, ante as 2.730 (duas mil e setecentos e trinta) vagas previstas em Lei, sendo necessário o preenchimento de 84 (oitenta e quatro) vagas de Delegados de Polícia, 299 (duzentos e noventa e nove) vagas de Escrivães de Polícia Judiciária e 823 (oitocentos e noventa e três) vagas de Investigadores de Polícia Judiciária.

A Polícia Civil possui um total de **125 (cento e vinte cinco) Delegacias de Polícia** em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, divididas entre três Departamentos. O **Departamento de Polícia da Capital (DPC)** possui **15 (quinze)**; o Departamento de Polícia Especializada (DPE) possui 15 (quinze) e o Departamento de Polícia do Interior (DPI) possui 95 (noventa e

cinco).

Das 125 Delegacias, 19 (dezenove) estão instaladas em prédios alugados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Necessária a construção de prédios próprios para abrigarem tais Delegacias.

Os prédios próprios necessitam de manutenção e reformas constantes.

Na Capital, necessária a construção de um prédio para abrigar as Delegacias que compõem o CEPOL e outra Unidade Policial Administrativa anexa a Delegacia-Geral da Polícia Civil (DGPC).

Há a necessidade de implantação, criação e construção de pelo menos 5 (cinco) Delegacias de Polícia no interior do Estado, destinadas aos municípios recém criados e, ainda, de algumas Delegacias de Atendimento da Mulher (DAM).

A Polícia Civil possui atualmente **544 (quinhentos e quarenta e quatro) viaturas oficiais**, distribuídas nas Unidades Policiais, frota que precisa de constante manutenção e renovação para atender as exigências do trabalho policial. Necessária a renovação em período de três anos, para obter melhor valor de venda nos leilões aliado a aquisições com incentivos fiscais e diminuição do custo de manutenção. Caberia a inclusão de pelo menos mais 300 viaturas, além daquelas existentes, para atender a demanda dos trabalhos de polícia judiciária.

3.1.2 Polícia Militar

A Polícia Militar de Mato Grosso do Sul sendo oriunda da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso teve sua criação no ano de 1835. Tem como atribuições o policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública. Conta com 19 (dezenove) Batalhões, sendo 5 (cinco) Batalhões especializados em: trânsito urbano, rodoviário, ambiental, de choque e operações especiais.

Destas Unidades, oito estão sediadas na Capital e onze no interior do Estado, a PM conta também com 5 (cinco) Companhias Independentes de Polícia Militar, sendo que uma está sediada na Capital e as demais no interior, assim, a Corporação se faz presente em todos os municípios e em vários Distritos do Estado.

Nesta seara de prestação de serviço público, realiza diversos tipos de policiamento

como o motorizado, a pé, montado, embarcado e de bicicleta, executando desta forma, a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública por meio de suas diversas modalidades como o policiamento ostensivo geral, policiamento ambiental, policiamento rodoviário, policiamento de trânsito urbano e policiamento de guarda e escolta.

Em 2010 a PMMS contava com um efetivo de 6.198 (seis mil, cento e noventa e oito) Policiais Militares (1.331 Policiais Militares aquém do previsto), em agosto de 2014 a PMMS conta com um efetivo existente de 5.368 (cinco mil trezentos e sessenta e oito) servidores da ativa, sendo que o total previsto é de 8.984 (oito mil novecentos e oitenta e quatro), estando com uma defasagem de efetivo de 3.616 (três mil seiscientos e dezesseis) policiais militares, o que representa cerca de 40% (quarenta) por cento de vagas a completar na Polícia Militar.

Grandes Unidades Operacionais como 1º BPM, 5º BPM, 9º BPM e 10º BPM não possuem prédio próprio, sendo os locais muitas vezes inadequados à necessidade do efetivo e da logística da OPM, desta forma, necessitam de construção de edificação própria a fim de adequar a estrutura física e de instalações ao porte da Unidade Policial Militar.

Neste sentido, a maioria das pequenas e médias Unidades Operacionais necessita urgentemente de construção ou de reforma.

Ademais, salientamos que além das atividades de polícia ostensiva, a PMMS desenvolve projetos sociais com atendimento de pessoas da comunidade visando estabelecer a cultura da integração, de paz e prevenção social e da criminalidade.

São desenvolvidos os seguintes projetos sociais: Equoterapia, Bom de Bola Bom na Escola, Banda Mirim, Patrulha Mirim, Proerd, Cematran, Florestinha, PARA e Tiro Adaptado, entre outros.

Por fim, no tocante as construções, reformas e inclusão de efetivo, acredita-se que sendo implementados contribuirão para valorização do profissional da polícia militar, melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, clima organizacional e visibilidade institucional, com reflexos positivos na prestação de serviço à sociedade sul-mato-grossense.

3.1.3 Corpo de Bombeiros Militar

Corpo de Bombeiros Militar no Brasil

Até o ano de 1.856, não havia um serviço de combate a incêndio organizado no Brasil, mas já nessa época registros mostram incêndios que marcaram a história. A extinção dos incêndios era realizada por milícias, aguadeiros e voluntários, que enfrentavam sem conhecimento técnico, a natureza construtiva das edificações e o arruamento estreito e irregular com inúmeros becos e vilas.

Corpo de Bombeiros Militar no Mato Grosso do Sul

A origem do CBMMS (Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul) é a mesma da do CBMMT (Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso), pois ambos formavam um mesmo Estado até 1977.

O Corpo de Bombeiros Militar teve origem dentro da Polícia Militar ainda quando o Estado de Mato Grosso era uno, através da Lei 2.184, de agosto de 1.964, destinado inicialmente ao serviço de extinção de incêndios e salvamentos.

No dia 25 de setembro de 1.970, foi então ativado o 2º Destacamento da Companhia Independente de Bombeiros, na Avenida Costa e Silva, denominado 'Núcleo de Formação de Bombeiros' com o efetivo de 33 (trinta e três) homens sendo dois aspirantes a oficiais, 1 (um) sargento, 1 (um) cabo e 29 (vinte e nove) soldados.

Desdobramento do Corpo de Bombeiros Militar no Estado

Atualmente o corpo de Bombeiros Militar do MS possui entre Unidades (Grupamento de Bombeiros) e Subunidades (Subgrupamento de Bombeiros) 31 sedes, sendo 04 Unidades (GB) com 19 Subunidades (SGB) no interior mais 02 Unidades na Capital com suas 05 Subunidades subordinadas, além da Academia de Bombeiros Militar-ABM (antigo CFAP/BM), a Ajudância Geral e o Comando Geral.

Há necessidade de reforma e ampliação de várias OBM tanto da Capital como do Interior do Estado, bem como a construção do Comando Geral do CBMMS na Capital;

Efetivo Atual

O efetivo é de 1281 integrantes entre homens e mulheres, mais uma turma de 195 Soldados em processo de formação, na fase inicial.

Viaturas

Há a necessidade da substituição de várias viaturas, bem como a aquisição de outras para atender a demanda de socorro à população sul-mato-grossense.

Hoje a frota de viaturas é composta por 207 veículos dentre embarcações e veículos terrestres.

Atendemos uma vasta área em muitas situações de difícil acesso por serem ou alagadas ou íngremes ou coberta por vegetação o que nos impele a solicitar a cada dia meios (viaturas e equipamentos) e conhecimentos (cursos e/ou treinamentos) bem como infraestrutura (quartéis e instalações) para dar a melhor segurança possível à sociedade do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.4 Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOPS .

O Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) foi criado por meio do Decreto 11.564 de 22 de março de 2004, tendo dentre suas atribuições principais, planejar, normatizar, coordenar e controlar os serviços de atendimento às chamadas de emergência e ocorrência, centralizando e integrando as operações de segurança das polícias preventivas, repressivas e de socorro à população. O CIOPS absorveu as atribuições do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), do Centro de Operações do Corpo de Bombeiros (COCB) e do Centro de Telecomunicações da Polícia Civil (CETEL). Atualmente ocupam um mesmo ambiente físico a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar para o pronto atendimento das ocorrências através dos números 190 (Polícia Militar) e 193 (Corpo de Bombeiros Militar). Essa integração tem como objetivo otimizar os recursos materiais e humanos. O CIOPS está presente nos municípios de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã, porém a integração aconteceu de fato somente na capital, sendo que nos demais municípios atende-se apenas chamadas 190 para a Polícia Militar.

O CIOPS em Campo Grande conta com 144 servidores, sendo 90 policiais militares, 36 bombeiros militares, 13 policiais civis, 4 Assistentes de Serviços Organizacionais SEJUSP e 1 estagiário. No interior há um bombeiro militar em Dourados, um policial civil em Ponta Porã e um policial militar em Corumbá, que são os gestores de cada unidade, pois os atendentes e despachadores estão lotados nos batalhões de cada localidade. Atualmente apenas 15,6% do efetivo do CIOPS está em função administrativa, logo 84,4% servidores estão em atividade operacional, o que demonstra o esforço em racionalizar a administração, priorizando o serviço operacional. Entretanto este esforço não é suficiente para atender a toda a demanda existente.

Com relação às viaturas o CIOPS dispõe de viaturas administrativas tipo Uno Mille e uma tipo Kombi, as quais atendem as necessidades em Campo Grande. Já em Ponta Porã há uma viatura tipo Corsa a qual foi doada pela Receita Federal. Nas demais localidades não há nenhuma viatura administrativa, sendo que há a perspectiva de recebimento com recursos do ENAFRON.

Referente às instalações físicas o CIOPS de Campo Grande passou por algumas adequações para receber o SAMU Estadual em razão de Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, todavia não houve melhoria nas demais instalações que carecem de reforma. Outro ponto é a falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades do órgão, pois ocupa-se atualmente o piso superior e parte do piso inferior do prédio, sendo que seria necessária a ocupação do prédio em sua totalidade. No interior há necessidade de reformas em todas as unidades.

Da parte de tecnologia da informação também se faz necessária uma reestruturação da rede e substituição de computadores tanto na capital quanto no interior. O aplicativo de gerenciamento das ocorrências deve ser substituído na capital ainda em 2013, fazendo-se necessária tal alteração também no interior. Ainda há necessidade de substituição dos sistemas de radiocomunicação de analógico por digital, a fim de aumentar a confiabilidade e a confidencialidade das informações.

3.1.5 Coordenadoria-Geral de Perícias

A Coordenadoria-Geral de Perícias é um órgão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, responsável pela realização das perícias oficiais e identificação do Estado de Mato Grosso do Sul. Da sua fundação até a Constituição de 1989, era denominado Departamento de Polícia Técnica.

A missão dos institutos que compõem a Coordenadoria-Geral de Perícias é produzir a prova material por meio de conhecimento técnico-científico contribuindo, deste modo, com a justiça e o exercício da cidadania. Com a publicação do Decreto nº 12.107 de 24 de maio de 2006, foram acrescentados o Departamento de Apoio às Unidades Regionais – DAUR, responsável por gerenciar as atividades administrativas e operacionais das 12 (doze) Unidades Regionais de Perícia e Identificação, situados no interior do Estado (Decreto nº 13.962 de 13 de maio de 2014), e o Departamento de Apoio Operacional – DAO, responsável pelas atividades de Recursos Humanos, Suprimentos, Patrimônio e Procedimentos Administrativos.

A partir de Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, passou a denominar-se Coordenadoria de Perícias com subordinação direta do Secretário de Segurança Pública. Aderindo à edição da Lei Complementar 114/05, a Coordenadoria-Geral de Perícias passou a ter nova estrutura organizacional, composta pelas seguintes unidades:

Instituto de Criminalística "Hercílio Macellaro" (IC): Realiza perícias na área de criminalística, relacionadas aos locais de crimes decorrentes de infrações penais, assim como exames indiretos, documentoscopia, reproduções simuladas, exames de balística forense, de identificação de veículos, de perícias especiais e audiovisuais, entre outros.

Instituto de Análises Laboratoriais Forenses (IALF): Realiza exames periciais laboratoriais, relativos às infrações penais nas áreas de biologia, química, bioquímica, física e identificação relacionada à genética, toxicologia, dentre outras ciências correlatas da atividade forense.

Instituto de Identificação (II): Realiza exames periciais de papiloscopia, necropapiloscopia, retrato falado, pesquisa de busca, comparação de impressões digitais de classificação datiloscópica e identificação civil e criminal do Estado.

Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL): Realiza perícias médico e odontológicas, relativas à área criminal requisitadas pelas autoridades competentes, por intermédio

de exames da área clínica médica, de tanatologia de exames indiretos e do DPVAT entre outros.

A Coordenadoria-Geral de Perícias conta atualmente com um total de 412 servidores, dos quais 112 Peritos Criminais, 145 Peritos Papiloscopistas, 57 Peritos Médicos-legistas e 75 Agentes de Polícia Científica, 05 agentes de serviço administrativo, 16 Servidores para assessoramento e 01 Agente condutor de veículo, distribuídos na Capital e nas Unidades Regionais de Perícia e Identificação.

Ainda em relação ao contingente de servidores, hodiernos o estado de MS conta aproximadamente com 1 perito criminal para cada 22.113 habitantes, enquanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que haja um perito criminal para cada cinco mil habitantes. Mesmo que fosse preenchido o quadro geral de trezentos peritos criminais previsto pela Lei Complementar nº 114 de 05/12/2005, a relação seria de 1 perito para aproximadamente 8.620 habitantes, o que ainda estaria defasado.

3.1.6 Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN

A Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul – AGEPEN/MS é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e por ela supervisionada. O Decreto-Lei Nº 11, de 1º de janeiro de 1.979, que instituiu o Sistema Estadual de Justiça, por ocasião da instalação do primeiro governo de Mato Grosso do Sul, autorizou a criação do Departamento Penitenciário do Estado e o primeiro Diretor Presidente da AGEPEN, Dr. Vicente Sarubbi (1º de janeiro de 1979 a 20 junho de 1985), foi o responsável pela estruturação do serviço penitenciário no Estado de MS.

No ano de 2000, a denominação de DSP mudou para Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, alterada pela Lei 2.152, de 26 de outubro de 2000, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado.

A missão da AGEPEN é custodiar os presos provisórios, executar as penas de prisão e as medidas de segurança detentivas, amparar os egressos e exercer a observação cautelar dos beneficiários da suspensão e livramento condicionais, administrando os estabelecimentos prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul.

A sede administrativa e a escola penitenciária encontram-se sediadas na capital e possui ainda 7 patronatos para a assistência e acompanhamento dos custodiados do regime semiaberto, aberto e egressos extensivo aos familiares. O parque prisional possui 46 unidades penais no Estado, distribuídos em 18 cidades, sendo elas: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Bataguassu, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Jardim, Jateí, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porá, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste, Três Lagoas e Nova Andradina.

Para garantir tratamento penal aos custodiados distribuídos nos três regimes de cumprimento de pena (fechado, semiaberto e aberto), a AGEPEN possui 1489 servidores penitenciários em três áreas de atuação:

Segurança e custódia (1195);

Administração e finanças (192);

Assistência e Perícia (102).

A lei Nº 4.490, de 03 de abril de 2014, reorganiza a carreira segurança penitenciária no grupo ocupacional segurança do plano de cargos, empregos e carreiras do poder executivo do Mato Grosso do Sul, dispondo que a carreira segurança penitenciária é estruturada pelo agrupamento dos cargos de provimento efetivo de integrantes da carreira funcional passando o Técnico Penitenciário a denominar-se Agente Penitenciário Estadual, estabelecendo um total de 2.079 servidores, que é desdobrada hierarquicamente, nas seguintes funções:

I. **Gestor Penitenciário**, Classe Especial e Primeira Classe, atualmente com 117 servidores, correspondendo a 8% dos funcionários;

II. **Oficial Penitenciário**, Segunda Classe, Terceira Classe e Quarta Classe, atualmente com 580 servidores, correspondendo a 39% dos funcionários;

III. **Agente Penitenciário**, Quinta Classe, Sexta Classe e Classe Inicial, atualmente com 792 servidores, correspondendo a 53% dos funcionários.

As necessidades mais prementes são: Ampliação do número de servidores nas três áreas de atuação; ampliação do parque prisional por meio de construções de unidades prisionais, sede administrativa, escola de gestão penitenciária e hotel de trânsito para servidores; reaparelhamento das unidades penais do Estado, tecnologia, veículos, materiais.

3.1.7 Superintendência de Assistência Socioeducativa – SAS

A Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS) tem como função coordenar a implantação e a implementação de políticas voltadas ao atendimento de adolescentes em conflito com a legislação, no âmbito das Unidades Educacionais de Internação (Uneis). A responsabilidade pelas Uneis foi transferida da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas) para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Entre as ações da SAS estão a viabilização de tratamento adequado para reintegrar os internos das Uneis ao convívio social, por meio de programas, projetos e atividades preventivas e de tratamento; elaborar, desenvolver e estimular programas de atendimento dos aspectos pessoais, sociais, familiares e profissionais do adolescente; promover eventos de capacitação para o constante aperfeiçoamento de seus servidores, considerando, para tanto, as diretrizes contidas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Atualmente, são quatro Uneis em Campo Grande, duas em Dourados e Corumbá, uma nas cidades de Ponta Porã e Três Lagoas. Pelo decreto, as Uneis serão classificadas por categoria, considerando a sua estrutura administrativa e operacional, e o quantitativo de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade.

Há necessidade de aprimoramento da política de integração entre as secretarias do estado, municípios e governo federal, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, nas áreas de educação, social, saúde, cultura, esporte e lazer.

3.1.8 Departamento de Operações de Fronteira – DOF

Criado em 28 de maio de 1987, por meio da Resolução nº 119/87, o Grupo de Operações de Fronteira (GOF), com efetivo de 16 (dezesesseis) policiais, sendo 08 (oito) PM e 08 (oito) PC, subordinado a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), com a missão de realizar o policiamento na região da grande Dourados, combatendo os crimes de narcotráfico, furto/roubo de veículos, de cargas, roubo/furto em propriedades rurais, golpe do seguro etc.

No início, o GOF estava sediado na capital do Estado, porém, devido à distância da

sua área de atuação, no ano de 1989, a sede do Grupo fora transferida para um imóvel alugado na cidade de Dourados/MS, com a missão de realizar o policiamento ostensivo itinerante na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai.

Por conta dos bons resultados apresentados desde a sua criação, a comunidade da região, por intermédio da Sociedade dos Amigos da Liberdade, Vigilância e Esperança (S.A.L.V.E.), construiu, no ano de 1994, um prédio de 1.100 m², avaliado em R\$ 750.000,00, e o cedeu ao Estado, em regime de comodato, para abrigar esta Unidade Policial.

No dia 15 de janeiro de 1996, com a reestruturação da SEJUSP, por força do Decreto Estadual nº 8.431, o Grupo de Operações de Fronteira (GOF) passou a denominar-se Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Em 21 de Maio de 1999, por força da Resolução nº 228, o DOF passou a policiar a fronteira com a Bolívia.

No dia 28 de Dezembro de 2006, foi criada a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira – DEFRON, integrada ao Departamento de Operações de Fronteira, por meio do Decreto nº 12.218.

Atualmente, o DOF está regido pelo Decreto Estadual nº 12.752, de 12 de maio de 2009, e Resolução SEJUSP MS nº 467, de 30 de Junho de 2009.

O DOF atua em 51 (cinquenta e um) municípios, com a presença mais efetiva na linha fronteiriça, em especial na área rural. Em caso de necessidade, e por determinação do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, o Departamento ainda atua em outros municípios sul-mato-grossenses.

4. ANÁLISE DE CENÁRIO

Este tópico objetiva demonstrar de forma sintética o cenário atual do Estado na sua estrutura demográfica e nos aspectos socioeconômicos e ainda analisar o cenário da Justiça e da Segurança Pública do Estado com avaliação dos principais crimes contra a vida e contra o patrimônio que diretamente causam maior impacto à sociedade.

4.1 Situação Demográfica do Estado

Mato Grosso do Sul é um estado localizado geograficamente ao sul da Região Centro-Oeste do Brasil. Faz divisa com cinco estados brasileiros: ao norte com o Mato Grosso, a nordeste com Goiás, a leste com Minas Gerais, ao sul com o Paraná e a sudeste com o Estado de São Paulo. E, a oeste, faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai, dois entre os maiores produtores de maconha e cocaína do mundo, ocasionando o tráfico de drogas e seus crimes conexos com forte impacto no Estado e no País.

A fronteira tem uma extensão de 1.517 km, a maior parte, 1.131 km, fronteira com a República do Paraguai e 386 km com a República da Bolívia. O Estado é banhado pela bacia do rio Paraguai e pela bacia do rio Paraná, rios estes que formam a bacia do Prata.

O Estado possui 79 municípios, 86 distritos¹ e 203 assentamentos rurais², distribuídos em uma área territorial de 357.145,53 Km², 89.318 km² de área só de Pantanal, com população estimada 2013, de 2.587.269 habitantes. Essa população confere ao Estado a 21ª colocação entre os estados brasileiros. (IBGE, 2013)³.

Mato Grosso do Sul tem 80 aldeias indígenas, sendo que a maior população concentra-se na região de Dourados, Amambai, Miranda, Aquidauana e Caarapó⁴.

O território do Estado é composto por grandes propriedades rurais e enormes vazios populacionais, refletindo diretamente na baixa densidade, que atualmente é de 6,86 (hab/km²). Do total de municípios, 29 estão acima de 20 mil habitantes. O IBGE projetou que a população do Estado para o ano de 2.022 será 2.853.969 pessoas.

As dez cidades mais populosas segundo estimativa IBGE 2013⁵ são Campo Grande com 832.352, Dourados com 207.498, Três Lagoas 109.633, Corumbá 107.347, Ponta Porã 83.747, Naviraí 49.827, Nova Andradina 49.104, Sidrolândia 48.027, Aquidauana 46.830 e Paranaíba 41.227 habitantes.

Indicadores do PNAD 2012 apontam que 28,4% da população residente não são naturais do Estado, isso mostra a grande quantidade de migrantes de outros estados ou

¹ SEMAC. <<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=52984>> Acesso em 29/10/2013.

² Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. 2011.**

³ IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>; <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>> Acesso em 29/10/2013.

⁴ SIASI -SESAI/MS, JAN/2012. Caracterização Demográfica, Étnico-Cultural dos Povos Indígenas do DSEI-MS.

⁵ IBGE. <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf>. Aceso em 20/10/2013.

imigrantes em Mato Grosso do Sul.

As migrações são oriundas principalmente dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco e imigrações de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano foram fundamentais para o povoamento de Mato Grosso do Sul.

No Estado existe uma grande concentração de pessoas pardas, em razão da junção de ameríndios, imigrantes paraguaios e índios guaranis. Há destaque para a maioria de brancos com 47,3%, seguida de pardos com 43,6%, negros com 4,9%, indígenas com 3% e amarelos 1,2%.

4.2 Cenário Socioeconômico do Estado

O Estado do Mato Grosso do Sul tem sua economia baseada principalmente na pecuária e agricultura. Possui o 3º maior rebanho bovino do país, o que representa aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto do estado.

Os produtos agrícolas mais cultivados são: soja, milho, cana-de-açúcar, Algodão, arroz, mandioca, sorgo, feijão, trigo e café.

Nos últimos anos o Estado apresentou bom crescimento, com o surgimento e expansão de novos negócios, como no setor sucroalcooleiro, na indústria de papel e celulose, no setor siderúrgico e nas atividades da lavoura da cana-de-açúcar, que passou de uma produção de 12 milhões de toneladas, em 2006, para 37,7 milhões de toneladas em 2010. O setor de floresta ampliou sua área plantada de 147,8 mil hectares, em 2006, para aproximadamente, 400 mil hectares em 2010.

O Estado ocupa a 17ª posição entre os estados no PIB nacional, sendo a menor entre as unidades federativas do Centro-Oeste. Todavia, em relação ao PIB *per capita* o estado passa a ocupar a 10ª posição no ranking nacional.

A composição do PIB se dá em sua maior parte pelo setor do comércio e serviços com 65,76%, compondo o restante o setor da agropecuária e indústria, esta ainda em fase de expansão e consolidação.

Os quatro maiores polos econômicos estão centrados nos municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, que juntos responderam, em 2010, por 53,98%

do PIB do Estado.

Mato Grosso do Sul ocupa a 10ª posição, entre os 27 estados da federação, no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com o índice de 0,72, considerado alto.

Do total de cidades do Estado, 26 têm índices considerados altos entre (0,7 e 0,79). Em 48 municípios o IDH é considerado médio entre (0,6 a 0,69). Quatro cidades os índices são classificados como baixos entre (0,5 a 0,59) e nenhuma tem índice considerado muito baixo entre (0 e 0,49). (PNUD 2013)⁶

Os quatro municípios com melhores índices são: Campo Grande (0,784), Chapadão do Sul (0,754), Dourados (0,747) e Três Lagoas (0,744).

Os quatro piores são Tacuru (0,593), Coronel Sapucaia (0,589), Paranhos (0,588) e Japorã (0,526).

4.3 Cenário da Justiça e Segurança Pública

No Brasil, o avanço da criminalidade, especificamente o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, aliados a morosidade da justiça criminal, a superlotação nos presídios, e a problemas relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais, bem como da capacidade preventiva das instituições policiais, entre outros problemas de ordem social, representam desafios a serem superados pelo Estado brasileiro.

A violência afeta diretamente a sociedade e gera custos sociais e econômicos, notadamente quando se fala dos homicídios que atingem em sua maioria a população de jovens, que estaria em condições de trabalhar. A morte desses jovens, além do abalo emocional familiar, gera elevadas despesas para o Estado, como na assistência à saúde, previdenciária, mobilização do aparato policial para providências decorrentes na contenção do crime.

O Mapa da Violência 2013⁷ mostra que há cinco ou seis décadas atrás as epidemias e doenças infecciosas eram as principais causas de morte entre os jovens, e que foram sendo

⁶ PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/ranking>> Acesso em 29/10/2013

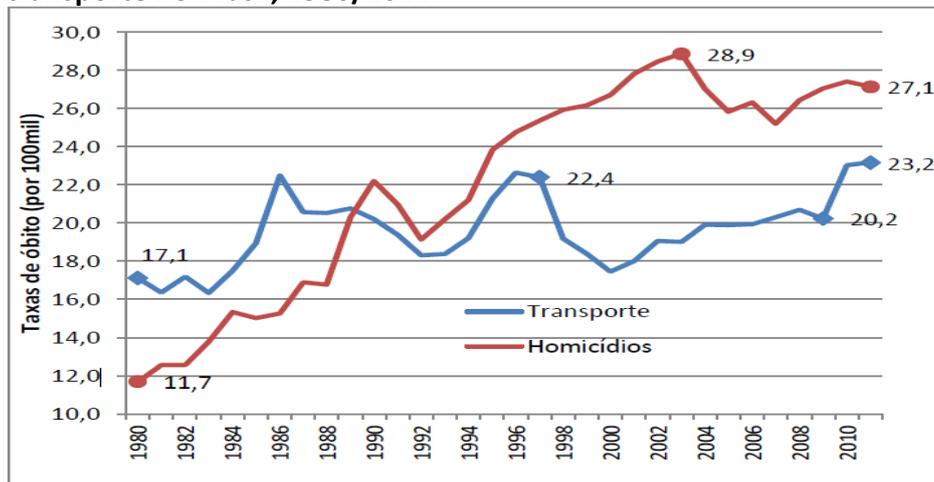
⁷ WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013. Homicídios e Juventude no Brasil**. Rio de Janeiro 2013.

progressivamente substituídas pelas denominadas causas externas, principalmente, acidentes de trânsito e homicídios.

A mortalidade violenta por causas externas no Brasil entre os anos de 1980 e 2011 aumentaram 28,5%. Os homicídios cresceram 132,1%, os suicídios cresceram 56,4% e também os óbitos em acidentes de transporte aumentaram 28,5%.⁸

A partir da década de 90 os acidentes de transporte que eram sempre maiores que os homicídios foram sendo superados por estes aceleradamente, conforme se visualiza no gráfico a seguir⁹:

Gráfico 1: Evolução das taxas de homicídio e de mortes em acidentes de transporte no Brasil, 1980/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

A análise que se faz é que de 1980 até 2003 a taxa de homicídio sai de 11,7 para 28,9, cresceu assustadoramente a uma taxa anual de 4%, voltando a cair até 2007 para, logo em seguida, voltar a subir atingindo 27,1 em 2011.

Em 1980 a taxa de homicídio por 100 mil/hab. entre os jovens de 15 a 24 anos de idade era de 17,2, já em 2011 passou para 53,4, um aumento de mais de 300% nesse período¹⁰.

A região Nordeste registra a maior taxa de homicídios entre os jovens com 47,3, seguida da região Norte com 43,8, em terceiro lugar vem a região Centro Oeste com 41,5,

⁸ (Idem, p. 13)

⁹ (Idem).

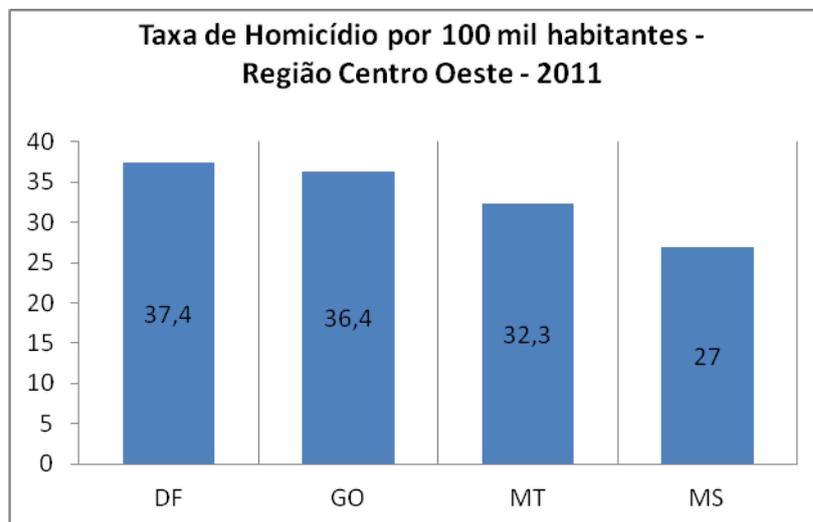
¹⁰ (Idem)

depois região Sul 34, 4 e Sudeste com 31,6.¹¹

Conforme o Mapa da Violência 2013 as taxas de homicídio na população total (por 100mil) no ano de 2011, a região Nordeste aparece em 1º lugar com 36,3, em segundo a região Norte com 35, 1 em terceiro a região Centro-Oeste com 34,1, em quarto a região Sul com 22,4 e quinto a região Sudeste com 19,9.

Os óbitos por homicídio entre jovens e população total mantêm as regiões do País com a mesma posição, o que diferencia é que as taxas da população jovem são mais elevadas.

Gráfico 2: Comparação da Taxa de Homicídio da Região Centro-Oeste do Brasil.



Fonte: Mapa da Violência 2013

Na região Centro-Oeste¹², no ano de 2011, o Estado de Mato Grosso do Sul é o que apresenta a menor taxa de homicídio, com 27 por cem mil habitantes, ligeiramente abaixo da média nacional que é de 27,1, bem abaixo da média de Mato Grosso com 32,3, de Goiás com 36,4 e do Distrito Federal com 37,4.

¹¹ (idem)

¹² (idem)

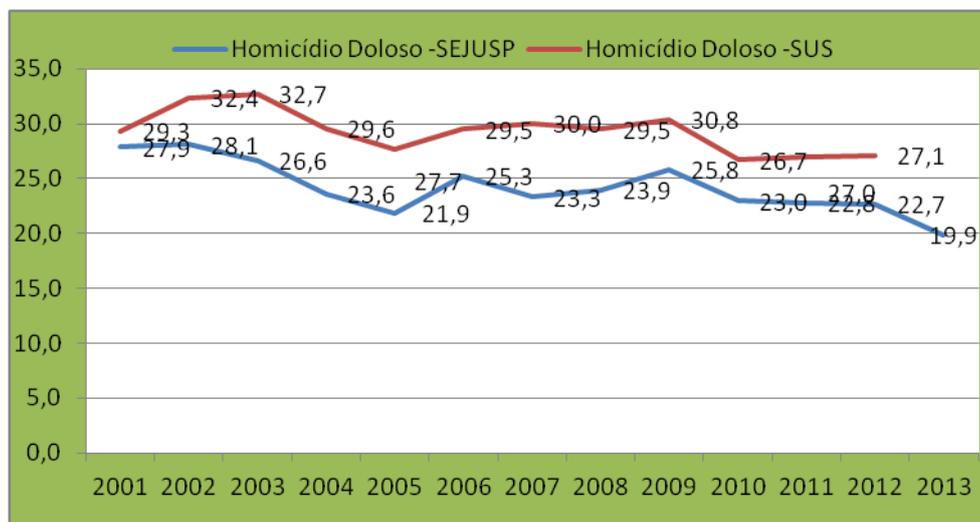
Gráfico 3: Evolução da Taxa de Homicídio do Brasil e Mato Grosso do Sul.



Fonte: Mapa da Violência 2013.

Pelo gráfico acima, depreende-se que a tendência da taxa de homicídio no Estado de Mato Grosso do Sul é decrescente. Comparando o primeiro marcador e o último verifica-se uma queda de 8%, e que nos dois últimos anos (2010 e 2011) o Estado apresentou taxas abaixo da média nacional, embora tenha tido um leve aumento em comparação ao ano de 2010.

Gráfico 4: Série Histórica da Taxa de Homicídio no Mato Grosso do Sul, dados: SEJUSP x SUS.



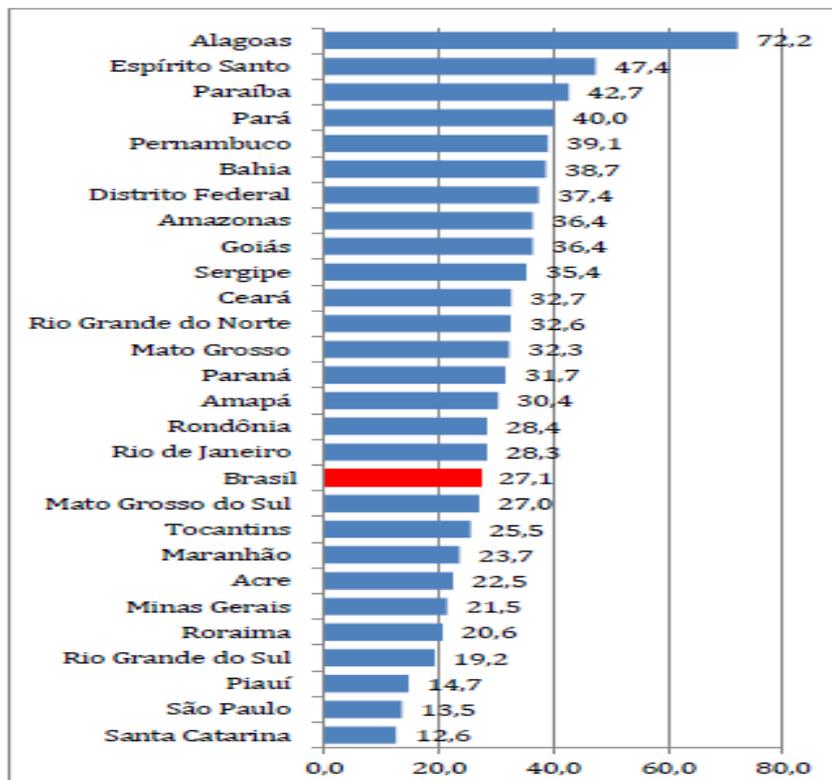
Fonte: NEAC/Sejusp/MS

Os dados relativos aos homicídios dolosos registrados pela SEJUSP são menores que os registrados pelo SUS, no entanto não variam com relação à evolução, acompanham a mesma linha, com tendência de redução, tanto que no ano de 2013 a taxa verificada pela SEJUSP foi de 19,9 demonstrando uma diminuição de 28% em comparação ao ano de 2001.

Estados que apresentam taxas reduzidíssimas em relação à média nacional são Santa Catarina com 12,8 e São Paulo com 13,5, taxas que podem servir como referência para a meta do Estado de Mato Grosso do Sul, que embora seja a menor da região Centro-Oeste, pode ser melhorada.

Mato Grosso do Sul é o 10º Estado com a menor taxa de homicídios, embora ainda haja muito que reduzir, pois o recomendado pela Organização Mundial da Saúde é que a taxa seja menor que 10 por 100 mil habitantes.

Gráfico 5: Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total das UF. Brasil. 2011¹³



Fonte: SIM/SVS/MS

¹³ (Idem, p. 27)

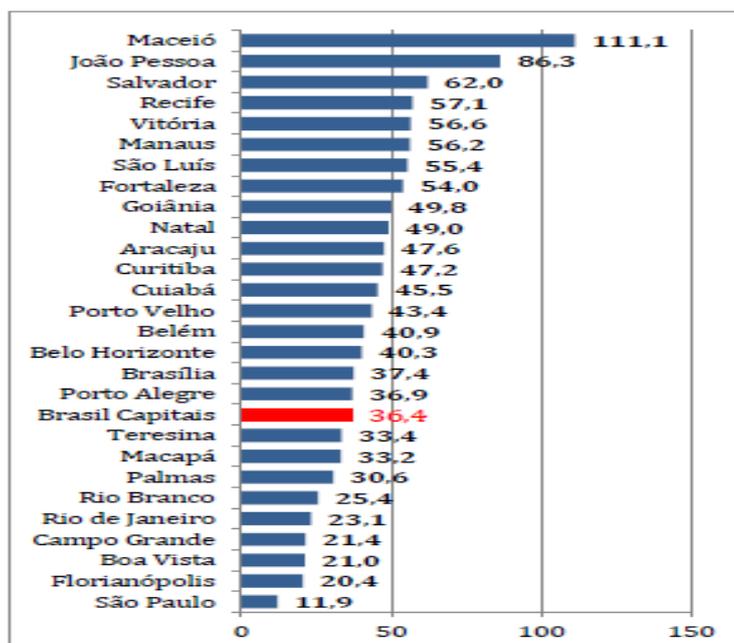
Comparando-se o ano de 2001 e 2011, dos vinte e sete Estados da Federação e o distrito Federal, apenas oito Estados reduziram as taxas de homicídios, São Paulo reduziu 67,7%, Rio de Janeiro 43,9%, Roraima 34,9%, Pernambuco 33,4%, Rondônia 29,3%, Amapá 17,6%, Mato Grosso 16% e Mato Grosso do Sul reduziu 8% ocupando a oitava colocação¹⁴, enquanto os demais estados aumentaram.

Enquanto a taxa de homicídio da população total no País em 2011 foi de 27,1, a taxa de homicídios jovens foi de 53,4 por 100 mil jovens, praticamente o dobro. O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma taxa e homicídio de 27 por 100 mil da população total, porém entre os jovens (15 a 24 anos) a taxa é bem mais elevada, conta com 42,3 por 100 mil, no entanto, abaixo da média nacional que é de 53,4.¹⁵

Analisando a taxa de homicídios das capitais do País, no ano de 2011, a média nacional das Capitais é de 36,4 por 100 mil. Campo Grande apresentou a taxa de 21,4. Comparando 2001 (34,0) e 2011 (21,4), ocorreu uma redução de 37,2% na capital sul-mato-grossense.

No gráfico abaixo, verifica-se que Campo Grande é a quarta Capital do País com a menor taxa de homicídio.

Gráfico 6: Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total das Capitais. Brasil. 2011.¹⁶



Fonte: SIM/SVS/MS

¹⁴ (idem)

¹⁵ (idem)

¹⁶ (idem,p. 43.)

Enquanto a taxa de homicídio nacional da população total é de 27,1, a média das capitais brasileiras é de 36,4. Nesse índice a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, apresenta número bem abaixo da média das capitais brasileiras, com 21,4 ocupando a 4ª colocação, perdendo apenas para Boa Vista 21,0, Florianópolis 20,4 e São Paulo 11,9. Lidera o ranking da lista com números elevados a cidade de Maceió com 111,1 por 100 mil habitantes.

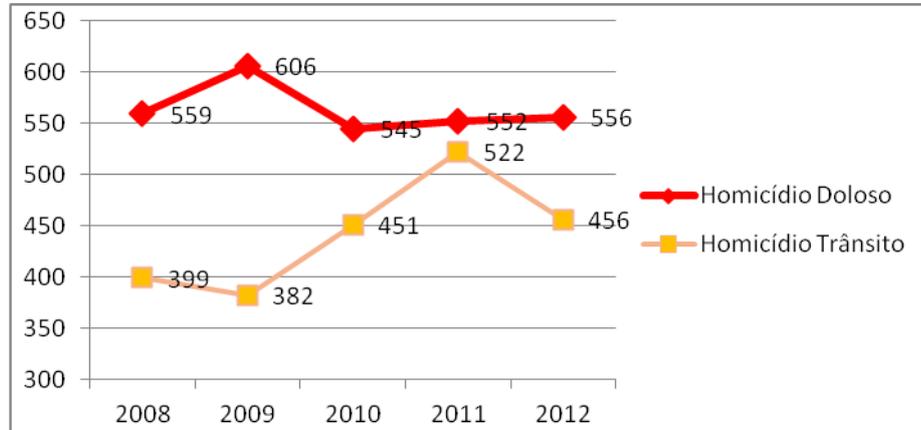
Do ano 2000 em diante ocorreu a interiorização do crime, onde houve crescimento considerável dos homicídios nas cidades com população de 5 mil a 100 mil habitantes. As cidades de 20 a 50 mil habitantes foram as que tiveram o maior crescimento com 67,9%

Em 2011, dos municípios com mais de 20 mil habitantes Simões Filho na Bahia é o primeiro colocado com uma taxa de 139,4 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul se destaca o município de Ribas do Rio Pardo com 56,4, Maracaju com 47,0, Dourados com 45,4 e Rio Brilhante com 38,4. Já entre os municípios com menos de 20 mil habitantes, Coronel Sapucaia apresenta número bem maior, com 77,7, seguido por Itaquiraí com 53,1 e Paranhos com 47,9 homicídios por 100 mil habitantes.

Os Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI contra a pessoa, principalmente os homicídios dolosos, o latrocínio e a lesão corporal seguida de morte são os que mais impactam a sociedade e afetam a sensação de segurança da população. Os furtos, apesar de não haver a violência contra a pessoa, ocorrem em tamanha quantidade que causam desassossego e insegurança às pessoas. O tráfico de drogas e o porte de armas de fogo juntos influenciam sobre os demais delitos, em especial os crimes contra o patrimônio e, em boa parte, os homicídios praticados por acerto de contas em razão do tráfico, por vingança, violência doméstica, briga de vizinhos que em sua maioria são cometidos com o uso de arma de fogo. Todos esses delitos são importantes serem analisados para o estabelecimento de ações de redução da criminalidade.

Os homicídios dolosos no Estado de Mato Grosso do Sul teve uma queda razoável ao considerar o ano de 2009 e 2010, no entanto vem subindo sensivelmente de 2010 a 2012, conforme se verifica no gráfico seguinte.

Gráfico 7: Número de Homicídio Doloso e Homicídio Culposos de Trânsito de 2008 a 2012 no Mato Grosso do Sul.

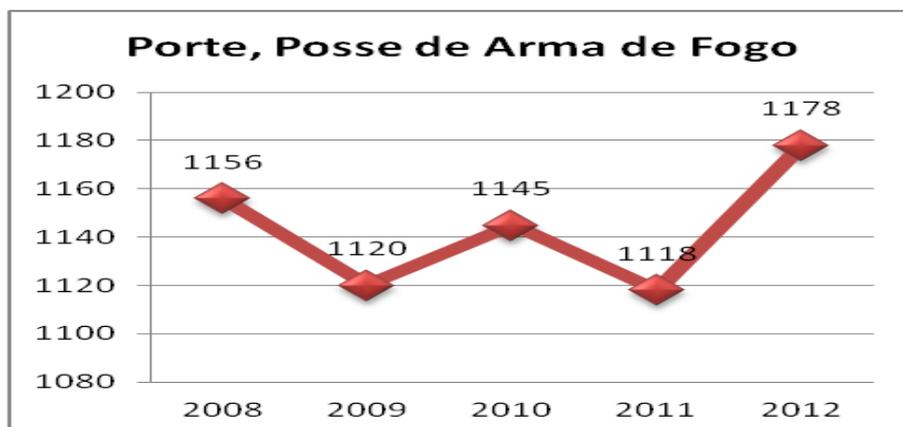


Fonte: SIGO/PC.

Os homicídios culposos de trânsito têm números próximos aos dos homicídios dolosos. No ano de 2011 teve um aumento de 136,6% em relação ao ano de 2009, tendo uma redução no ano de 2012, esta certamente por conta da intensificação das campanhas educativas e ações de fiscalização de trânsito implementadas no Estado.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2012, no ano de 2010, em Mato Grosso do Sul, 52% das mortes são causadas por arma de fogo, e um pouco mais da metade (51,7%) das vítimas mortas em 2009 por agressão com ou sem arma de fogo são de cor parda, seguida das vítimas brancas com 37,6%, indígenas com 5,5% e pretas com 3,8%.

Gráfico 8: Número de Ocorrências de Porte e Posse de Arma de Fogo.

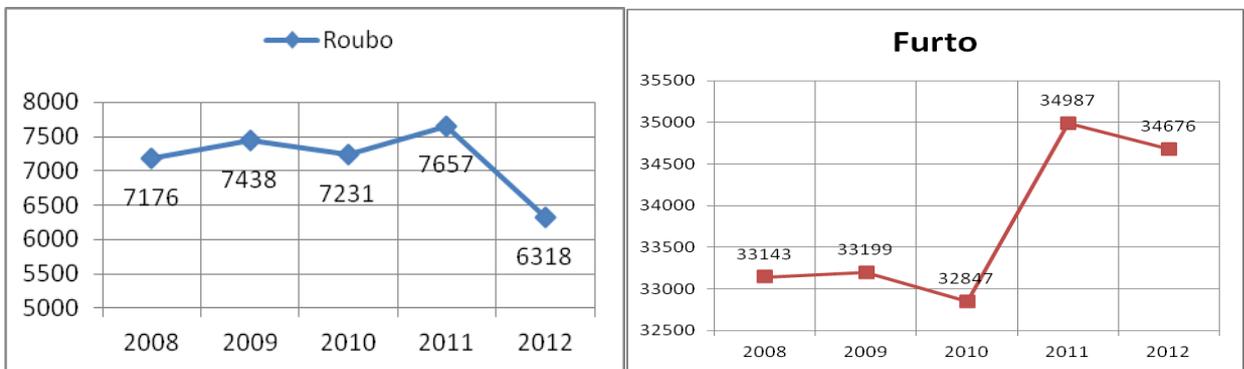


Fonte: SIGO/PC.

O gráfico acima mostra a evolução das ocorrências registradas no Estado com um número médio de mais de 1.100 ocorrências envolvendo arma de fogo, o que equivale a uma média de mais de três armas de fogo apreendidas por dia, que certamente deixaram de ser utilizadas para cometimento de outros delitos.

O Mapa da Violência 2013 aponta que a vitimização homicida no país é notadamente masculina, a feminina representa aproximadamente 8% do total de homicídios. No Estado de Mato Grosso do Sul não é diferente, conforme registros no sistema SIGO¹⁷.

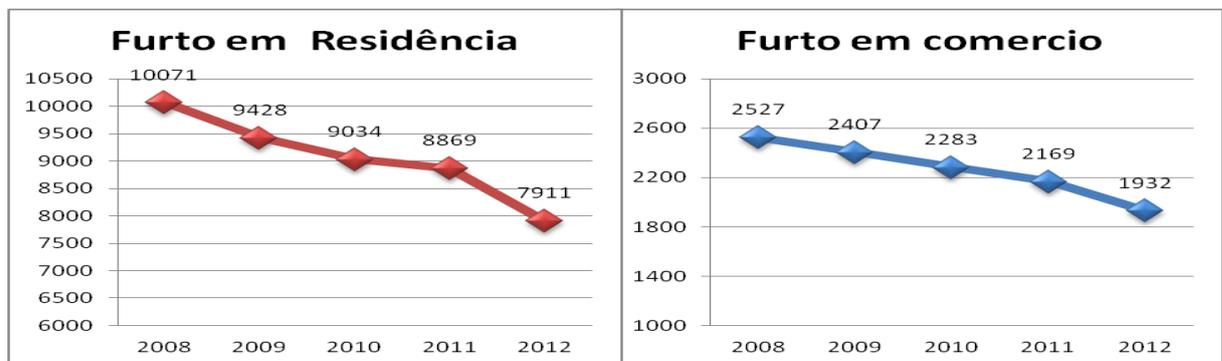
Gráfico 9: Número de roubo e furto de 2008 a 2012 no Mato Grosso do Sul.



Fonte: SIGO/PC.

Os crimes de roubo, em seus diversos tipos agrupados, no Estado de Mato Grosso do Sul, têm sofrido uma queda considerável. Comparando-se os dois últimos anos verifica-se uma redução de 17,5%. Já com relação aos furtos agrupados, verifica-se um aumento, começando a sofrer um sensível declínio no ano de 2012 com uma redução de 0,9% em comparação ao ano anterior.

Gráfico 10: Número de furto por tipo de local de 2008 a 2012 no Mato Grosso do Sul.

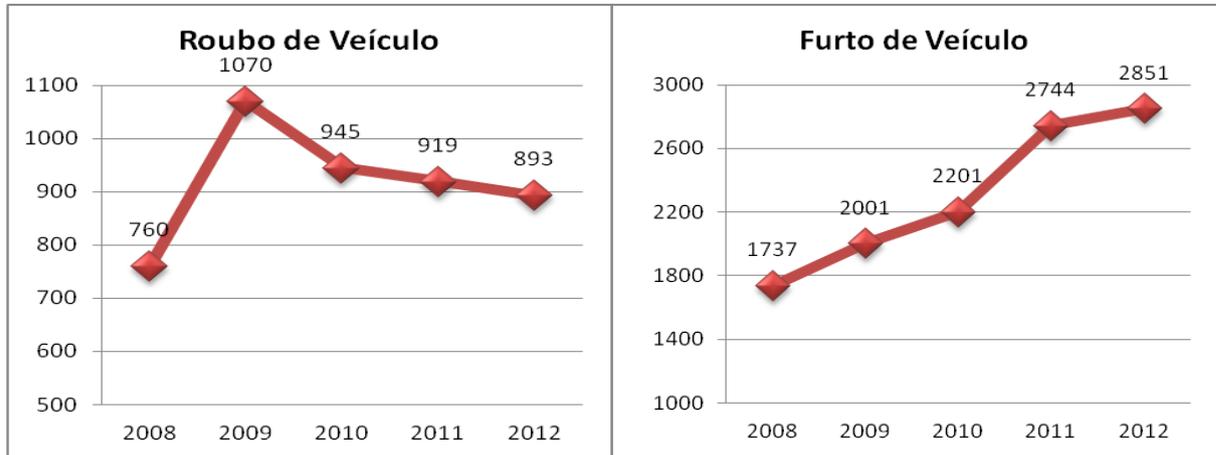


Fonte: SIGO/PC.

¹⁷ SIGO: Sistema Integrado de Gestão Operacional.

Ao analisar os furtos por tipo de local, percebe-se que ocorreu redução tanto dos furtos cometidos em residência como dos furtos cometidos em comércio, caindo consideravelmente no último ano.

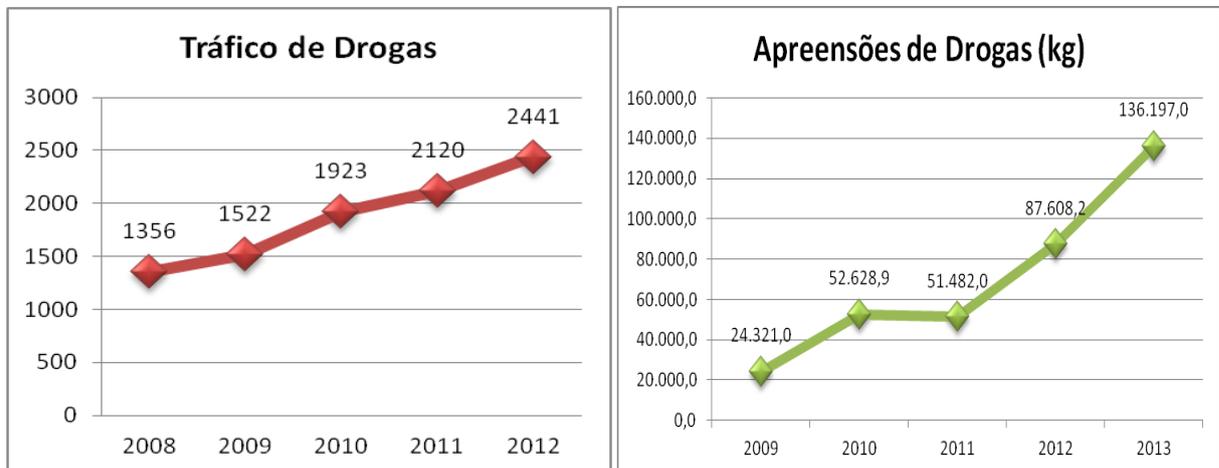
Gráfico 11: Número de Roubo e Furto de Veículo de 2008 a 2012 no Mato Grosso do Sul.



Fonte: SIGO/PC

No gráfico de roubos totais (agrupados) se verificou a tendência de redução. Segue também essa tendência quando se trata do roubo de veículos, que vem caindo gradualmente nos últimos anos. Já os furtos de veículos vêm crescendo consideravelmente, acompanhando o aumento da frota de veículos no Estado, o que requer a intensificação de policiamento ostensivo de prevenção e investigação qualificada para inibição e combate a essa prática delitiva.

Gráfico 12: Número de ocorrências de tráfico e apreensões de drogas 2008 a 2013 no Estado.



Fonte: SIGO/PC

Fonte: SISP/MS

Como o Estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países produtores de drogas, Paraguai e Bolívia, torna-se porta de entrada no Brasil de drogas e seus crimes conexos: homicídio, roubo, furto, contrabando de armas e outros. E os gráficos acima demonstram que tanto as ocorrências quanto as apreensões vêm crescendo anualmente.

As ocorrências de tráfico de drogas registradas em 2012 cresceram 180% em relação ao ano de 2008, fruto da intensificação das ações pelas forças de segurança pública no combate às drogas nos últimos anos, o que tem resultado na grande quantidade de apreensões de drogas, que vem crescendo ano a ano, como demonstrado no gráfico acima. As apreensões do ano de 2013 em comparação com o ano de 2009 foram maiores cinco vezes e meia.

Analisando-se os gráficos acima se extrai que a quantidade de drogas transportadas por vez pelos traficantes tem sido o dobro maior, posto que o volume de drogas apreendidas cresceu muito mais que a quantidade de ocorrências.

4.4 Sensação de Insegurança no Brasil

Os altos índices de criminalidade que as grandes cidade brasileiras vêm presenciando, somados à barbárie com que estes são praticados, geram uma sensação de insegurança constante na vida das pessoas.

Tabela do Índice de Medo da População Brasileira

REGIÕES E BRASIL – SENSAÇÃO DE MUITO MEDO DE:					
	Assalto à mão armada	Assassinato	Arrombamento residencial	Sofrer agressão	Média do medo
NORDESTE	73,4%	72,9%	73,4%	71,7%	72,8%
NORTE	69,8%	69,2%	72,8%	66,2%	69,5%
CENTRO-OESTE	68,1%	70,4%	70,7%	53,3%	65,6%
SUDESTE	59,4%	60,9%	56,8%	49,8%	56,7%
SUL	42,2%	39,1%	42,4%	29,5%	38,3%
BRASIL	62,3%	62,4%	61,6%	54,5%	60,2%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2012

No Brasil o índice de percepção de insegurança é alto. A maioria das pessoas 62,3% tem muito medo de ser assaltada à mão armada, 62,4% tem muito medo de assassinato, 61,6% tem muito medo de ter a residência arrombada e 54,5% tem muito medo de sofrer agressão. O Nordeste é a região onde apresenta a maior sensação de insegurança, seguida pela região Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul¹⁸.

Os brasileiros acreditam que as principais causas da criminalidade do Brasil são: a desigualdade social (23,8%); falta de investimento em educação (20,5%); aumento do tráfico de drogas (13,9%); corrupção dos políticos (12,7%); pobreza (12,2%); corrupção dentro das polícias (9,1%) e falta de investimento nas polícias (5,9%) dentre outras.

4.5 Percepção sobre as Organizações Policiais no Brasil

Conforme a pesquisa SIPS – Ipea, 2012, para 53,3% dos entrevistados as polícias militares são lentas ou ineficientes no atendimento de emergências pelo 190. Na Região Centro-Oeste esse percentual é de 52,6%. A região com menor índice é a região Sul com 48,2%.

Quanto a forma da abordagem feita pela Polícia Militar, na região Sul 52,9% dos entrevistados concordam que os policiais militares abordam as pessoas de forma respeitosa nas ruas, melhor avaliação positiva das regiões, enquanto a região Centro-Oeste 40,7% concordam. A pior avaliação foi feita na região Norte com apenas 34,7% que concordam.

Quanto ao atendimento feito pelas polícias civis, para 48,7% dos entrevistados a Polícia Civil registra queixas e denúncias de forma atenciosa e eficiente. A região Sul tem a melhor avaliação com 58,6%. A região Centro-Oeste 47,4% tem uma percepção positiva, enquanto na região Norte 45,9% tem a mesma percepção.

Com relação à rapidez e a eficiência na realização de investigação por parte da polícia civil a média no Brasil é de 40,4% dos que concordam que a polícia é rápida e eficiente. Na região Centro-Oeste o percentual é de 40,8%.

¹⁸ SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social: Segurança Pública. Ipea 2012.

5. ANÁLISE AMBIENTAL

Buscou-se inicialmente a identificação de fatores para definir as principais orientações que o plano deveria seguir como pontos chave do sucesso para consecução da missão organizacional. Para o estabelecimento de dados importantes relativos ao ambiente interno e externo foi utilizada a matriz SWOT criada pelo norte-americano Albert Humphrey, consistentes em: forças e fraquezas, oportunidades e ameaças.

5.1 Análise do Ambiente Externo

5.1.1 Ameaças

- Ausência de orçamento da União e do Estado;
- Descontinuidade das políticas de Estado para a Segurança Pública;
- Insuficiência de recursos financeiros e orçamentários;
- Baixa credibilidade institucional;
- Insegurança jurídica;
- Aumento de assentamentos rurais;
- Conflitos agrários;
- Fragilização do direito de propriedade;
- Organizações criminosas;
- Tráfico de drogas;
- Crimes multitudinários;
- Superlotação prisional;
- Crescimento populacional;
- Atividades industriais com manipulação de substâncias perigosas;
- Aumento da frota de veículos em circulação no estado.

5.1.2 Oportunidades

- Realização de parcerias e convênios;
- Captação de recursos do Governo Federal;
- Sedimentação da filosofia de polícia comunitária;
- Capacitação pela SENASP e Escola GOV;
- Difusão das ações institucionais através das mídias de marketing.

5.2 Análise do Ambiente Interno

5.2.1 Forças

- Conhecimento sobre a missão (segurança pública);
- Capilaridade institucional em todo o Estado;
- Integração entre as instituições;
- Criação e instalação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras - GGIFron;
- Comprometimento dos servidores;
- Formação acadêmica e científica dos servidores;
- Hierarquia e disciplina;
- Obrigatoriedade de concurso público para ingresso;
- Existência de Corregedorias institucionais;
- Integração e sistematização das ações de inteligência de segurança pública.
- Banco de dados único para todas as instituições e agências que compõem a pasta (SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional).
- Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN;
- Gestão da tecnologia da informação;
- Parque de Informática;
- Segurança da informação;
- Inteligência virtual.

5.2.2 Fraquezas

- Carência da cultura de planejamento;
- Capacitação deficiente;
- Precariedade da infraestrutura;
- Absenteísmo;
- Deficiência no acompanhamento da saúde do trabalhador;
- Desmotivação do servidor;
- Equipamentos inadequados e/ou obsoletos;
- Viaturas desgastadas;
- Insuficiência de recursos para custeio de ações de emergências;
- Deficiência de gestão do conhecimento científico produzido;
- Insuficiência de padronização de processos procedimentais;
- Desatualização tecnológica;
- Déficit de servidores;
- Ausência de política de completamento de recursos humanos;
- Indefinição dos critérios de distribuição de recursos entre as instituições;
- Cedência de policiais para outros poderes como Judiciário, Legislativo, Ministério Público e TCE;
- Escoltas por determinação judicial e custódia de detentos em estabelecimentos de saúde;
- Ingerência indevida dos poderes na gestão das políticas de justiça e segurança pública;
- Contingenciamento dos orçamentos dos fundos vinculados da justiça e segurança pública. Ex. FUNPEN;

6. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

6.1 Missão

Promover justiça e segurança pública, para garantir a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e às garantias individuais, contribuindo para a manutenção do sentimento de segurança e a paz social no Estado.

6.2 Visão de Futuro

Ser referência nacional e reconhecida positivamente pela população sul-mato-grossense, pela competência, credibilidade, transparência e eficácia nas ações de Segurança Pública.

6.3 Valores.

- **Inovação**
Adoção de novas ideias, tecnologias e processos.
- **Transparência**
Publicidade das políticas públicas de gestão e de execução.
- **Compromisso**
Comprometimento com a sociedade, pautado na legalidade, ética e moral.
- **Legalidade**
Atuação pautada em princípios constitucionais e legais.
- **Respeito à dignidade da pessoa humana.**
Zelo pelos direitos e garantias fundamentais.
- **Tecnicidade**
Utilização de processos e normas técnicas.
- **Ética**
Conjunto de princípios e valores morais que norteiam a conduta humana.
- **Excelência**
Busca permanente pela excelência na realização das atividades.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

- Efetivo adequado;
- Comunicação eficiente, eficaz e efetiva;
- Recursos orçamentários e financeiros previstos nos orçamentos da União e do Estado;
- Processos internos com efetividade;
- Infraestrutura, logística e tecnologias adequadas;
- Servidor motivado;
- Gestão adequada dos recursos disponíveis;
- Atuação de forma integrada;
- Credibilidade;
- Formação continuada;
- Cooperação e integração com instituições públicas, privadas e sociedade civil organizada.

8. ALINHAMENTO DAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL E DO GOVERNO FEDERAL

O planejamento tem como base as diretrizes do governo federal estabelecidas no Plano Plurianual da União – 2012-2015, SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, Plano Nacional de Segurança Pública e, Estratégia Nacional de Fronteira – ENAFRON, regida pelo Decreto nº 7.946/11, Bem como as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso do Sul 2010-2030, Plano Plurianual do Estado 2012-2015, e observa os seguintes princípios:

- Ações direcionadas a proteção dos Direitos Humanos;
- Respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- Resolução pacífica de conflitos;

- Uso proporcional da força;
- Eficiência na prevenção e repressão das infrações penais;
- Eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres;
- Participação comunitária;
- Gestão da Informação.

9. PROBLEMAS PRIORITÁRIOS

Após a análise do ambiente interno e externo, bem como do cenário da justiça e segurança pública verifica-se que os principais crimes que mais impactam a sociedade são os crimes contra a vida e contra o patrimônio, estimulados em grande parte pelo consumo e o tráfico de drogas e pela utilização de armas de fogo.

Ante esse diagnóstico a Secretaria de Estado Justiça e Segurança Pública com o foco na redução da violência e da criminalidade estabeleceu como problemas prioritários os crimes:

- Crimes com Resultado Morte (homicídio doloso, homicídio culposo de trânsito, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte)
- Contra o patrimônio (Roubo, furto e, em especial roubo e furto de veículos).
- Tráfico e o uso de drogas; e
- Porte ilegal de arma de fogo.

10. MAPA ESTRATÉGICO

Propõe fazer a representação visual dos objetivos estratégicos da SEJUSP, de forma ilustrativa, em linguagem clara e concisa.

O mapa foi estruturado a partir da adequação da estrutura original do BSC – Balanced Scorecard, que apresenta quatro perspectivas:¹⁹

- Perspectiva financeira – Como é que aparecemos aos nossos acionistas?

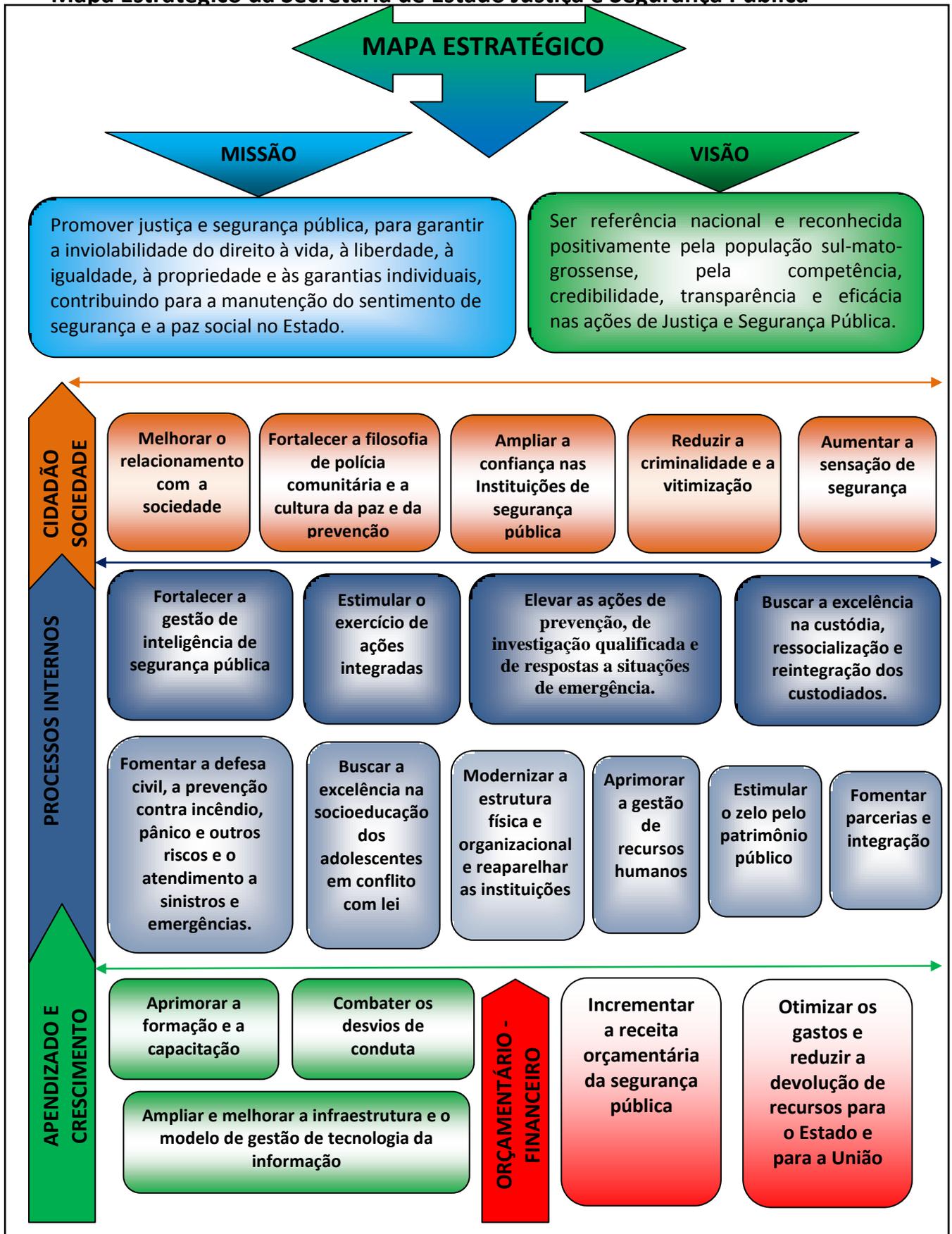
¹⁹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Balanced_scorecard. Acesso em 19 Dez 2013.

- Perspectiva de clientes – Como é que os clientes nos veem?
- Perspectiva de processos internos – Em que temos de ser excelentes?
- Perspectiva de aprendizagem e crescimento – Como podemos melhorar e criar valor?

As quatro perspectivas dessa ferramenta foram adaptadas às peculiaridades da Secretaria de Justiça e Segurança Pública da seguinte forma:

- a) a perspectiva cliente passou a ser Cidadão/Sociedade,
- b) a perspectiva Processos internos permaneceu inalterada,
- c) a perspectiva Aprendizado/Crescimento permaneceu a mesma e,
- c) a perspectiva financeira passou a ser Orçamentário/Financeiro, haja vista que a SEJUSP trabalha com programação orçamentária previamente definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) e não tem como escopo o lucro financeiro, mas sim a promoção da tranquilidade pública e da paz social.

Mapa Estratégico da Secretaria de Estado Justiça e Segurança Pública



Fonte: Elaboração própria.

Considerando que o objetivo principal da SEJUSP é a redução da criminalidade, com vistas a aumentar a sensação de segurança e, por conseguinte, gerar a satisfação do cidadão e assim melhorar o relacionamento com a sociedade, foi colocada a perspectiva cidadão/sociedade no alto do mapa devido ao objetivo da Secretaria.

Com relação a perspectiva orçamentária/financeira foi disposta na base do mapa, pois considerada estruturante, porque por meio da programação e execução orçamentária é que todas as ações propostas serão efetivamente implementadas. Nessa perspectiva o foco é a gestão dos recursos públicos de forma eficiente com otimização dos gastos e redução de devolução de recursos para a União e para o próprio Estado.

A perspectiva do aprendizado e crescimento, também colocada na base estruturante do mapa estratégico, antes dos processos internos, pois os processos para serem bem desenvolvidos dependem do desenvolvimento do conhecimento e crescimento dos servidores. Para elevação do conhecimento deverá se aprimorar a forma de capacitação dos servidores. Para o crescimento da instituição e do servidor é necessário que se modernize o ambiente de trabalho com tecnologia da informação para inovação e melhoria contínua nos padrões de trabalho da organização. Vale destacar a importância da criação e implantação da Biblioteca de Segurança Pública da SEJUSP, com vistas a facilitar a difusão do conhecimento, podendo inicialmente ser criada a biblioteca virtual, aproveitando nesse caso o avanço da tecnologia da informação que possibilita a facilidade do acesso a todos os servidores da SEJUSP. Há que se considerar que o conhecimento só não basta, o servidor deve ter conduta ilibada e seguir os princípios morais e éticos da instituição a que pertence, para que ocorra o crescimento, tanto pessoal e profissional quanto institucional. Portanto, é imperioso a criação de Ouvidoria Geral da SEJUSP e fortalecimento das corregedorias com a fixação e especialização dos servidores; e investimento em tecnologia e reaparelhamento, para melhor apuração dos casos e combate aos desvios de conduta dos servidores.

No meio da estrutura do mapa foram alocados os processos internos, elencando os objetivos que visam à melhoria da eficiência operacional. Para melhoria dos processos será necessário fortalecer a gestão da inteligência, com melhor aproveitamento das informações produzidas, estimular o exercício de ações integradas e melhorar a gestão de recursos humanos com aproveitamento do potencial e do conhecimento das pessoas e, ainda, estabelecer política de completamento de efetivo para que não haja solução de continuidade na prestação do serviço público ou a prestação ineficiente deste. As pessoas

são o capital propulsor dos processos, precisam trabalhar em um ambiente onde o clima organizacional seja bom, pois do contrário ocorrerá a desmotivação e até mesmo o absenteísmo por causa de licenças médicas. E, uma das questões a serem monitoradas constantemente pelas instituições é justamente o absenteísmo que acontece invariavelmente e passa despercebido e que acaba prejudicando os processos e ainda o agravamento, muitas vezes, da doença do servidor.

As ações de prevenção e investigação qualificada devem ser elevadas buscando, inicialmente, para tal, a ampliação das abordagens a pessoas e veículos com fundada suspeita, o aumento de operações policiais e de apreensões de drogas e armas de fogo. Ressalta-se também a importância de ampliar o atendimento as solicitações geradas pelo telefone 190, bem como a diminuição do tempo para atendimento nas Delegacias de Polícia. As ações e operações devem ser realizadas com base na análise criminal para ampliar os efeitos e ter melhor eficácia, com menor dispêndio de recursos públicos. Os planos devem priorizar as ações que reduzam os crimes que mais impactam a sociedade, os crimes com resultado morte e os crimes contra o patrimônio. Quanto aos esclarecimentos de crimes, os processos internos devem ser melhorados para aumentar a taxa de elucidação dos delitos, o que reflete na redução da criminalidade e diminui a sensação de impunidade, aumentando com isso a confiança da população nas instituições, por ver e acreditar na resolutividade dos casos.

Os processos de ressocialização dos custodiados do sistema prisional também precisam melhorar, com a ampliação da oferta de trabalho, principalmente o profissionalizante, a oferta educacional prisional e, ainda, a redução do déficit de vagas para custódia, dentre outras ações voltadas a reintegração social. Nos mesmos moldes deve se adotar ações para melhorar a socioeducação dos adolescentes em conflitos com a lei, primeiramente com a redução do déficit de vagas para internação de adolescentes e depois a ampliação da oferta de curso ou trabalho profissionalizante.

Com o aumento de acidentes e desastres e a verticalização das moradias e o aumento de lojas e comércios, faz-se necessário fomentar a defesa civil, a prevenção contra incêndio, pânico e outros riscos. Destaca-se a importância de se aumentar a fiscalização e vistorias a estabelecimentos comerciais, residenciais e de diversões, bem como proporcionar a capacitação e treinamento de prevenção e combate a incêndios para equipes de lojas do comércio e equipes de moradores de condomínio, principalmente os verticais.

11. OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E INICIATIVAS.

11.1 Eixos Balizadores para os Objetivos da SEJUSP

Para a elaboração dos objetivos e estratégias da SEJUSP faz-se necessário observar, dentre outros, os seguintes eixos: Capacitação, Inteligência, Corregedoria e Tecnologia. Além destes, leva-se em conta os seguintes pontos:

Situação da Justiça e Segurança Pública: o cenário atual demonstra que em razão das altas taxas criminais a população está tomada pelo medo e pela sensação de insegurança, motivos pelos quais devemos buscar aumentar a segurança e reduzir o medo e a vitimização das pessoas.

Gestão dos Órgãos de Justiça e Segurança Pública: Ao falar em gestão, não tem como realizá-la sem falar em gestão de recursos humanos, pois são as pessoas que fazem o funcionamento da máquina pública. Por isso, é necessário reavaliar este setor, com vistas a reduzir o absenteísmo, melhorar o clima organizacional e o ambiente de trabalho, otimizar o emprego do efetivo e manter uma política de recompletamento, além de repensar a política de capacitação e formação continuada do servidor. É preciso reavaliar a gestão dos recursos materiais para evitar a indisponibilidade de viaturas, adequar o número de equipamentos em relação ao efetivo operacional em tempo hábil e alocação de recursos com base em critérios técnicos. A gestão dos recursos financeiros deve ser repensada para que haja a incrementação orçamentária e aplicação dos recursos de forma ágil e eficiente, e melhore a proporção estadual de recursos financeiros aplicados em segurança pública no estado. A gestão deve ser feita com planejamento para melhor utilização dos recursos com eficiência, eficácia e efetividade dos resultados.

Prestação de Serviço Público: Somos prestadores de serviço público e isso significa que temos como cliente o cidadão que precisa de um serviço de qualidade. O cidadão precisa ser tratado com cortesia, atenção, agilidade, respeito e dignidade e, sobretudo, que o atendimento seja com resolutividade. É a boa prestação do serviço público que gera a satisfação da população e se conquista a confiança da sociedade nas instituições e segurança pública, mesmo sem haver orçamento permanente da União e do Estado.

11.2 Objetivo Geral

Reduzir a criminalidade e promover a reinserção social

11.3 Objetivos Específicos

- Melhorar o relacionamento com a sociedade;
- Ampliar a confiança nas Instituições;
- Fortalecer a filosofia de polícia comunitária e a cultura da paz e da prevenção;
- Aumentar a sensação de segurança;
- Reduzir a criminalidade e a vitimização;
- Fortalecer a Gestão da Inteligência de segurança pública;
- Estimular o exercício de ações integradas;
- Estimular o zelo pelo patrimônio público;
- Elevar as ações de prevenção, de investigação qualificada e de respostas a situações de emergência;
- Buscar a excelência na custódia, ressocialização e reinserção dos custodiados;
- Buscar a excelência na socioeducação dos adolescentes em conflito com a lei;
- Fomentar a defesa civil, a prevenção contra incêndio, pânico e outros riscos e o atendimento a sinistros e emergências;
- Aprimorar a gestão de recursos humanos;
- Modernizar a estrutura física e organizacional e reparar as Instituições;
- Sedimentar políticas públicas que assegurem a qualidade de vida, condições de trabalho e saúde dos servidores
- Ampliar e Melhorar a Infraestrutura e o Modelo de Gestão de Tecnologia da Informação
- Aprimorar a formação e a capacitação;
- Combater os desvios de conduta;
- Incrementar a receita orçamentária da segurança pública;
- Otimizar os gastos e reduzir a devolução de recursos para o Estado e para a União;

11.4 Indicadores e Metas

O estabelecimento de indicadores e metas orienta no sentido de uma administração voltada para o controle e alcance de resultados. Os indicadores visam contribuir para o cumprimento dos objetivos e viabilizar a análise comparativa do desempenho da instituição. Este plano elenca alguns indicadores (anexo I) voltados para o alcance dos objetivos, contudo, não esgota o assunto. Devem os gestores realizar o desdobramento deste plano de forma específica para sua instituição, estabelecendo indicadores que se encaixem na vocação institucional direcionados para o atingimento dos objetivos propostos neste planejamento.

11.5 Iniciativas

Foram delineadas neste planejamento várias iniciativas (vide anexo II) que se mostram necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos. Muitas iniciativas quando executadas em conjunto, podem contribuir para se atingir um ou mais objetivos estratégicos. Além dessas iniciativas, as instituições devem desenvolver outras, tudo para que saiam do estado atual em direção ao alcance de suas metas.

12. REVISÃO DESTE PLANO

Por melhor que seja o plano, há sempre mudanças de percurso no decorrer de sua implementação, que são realizadas, muitas vezes, para aproveitar oportunidades não detectadas à época da elaboração do plano. Portanto, de forma sistemática, o Plano Estratégico será revisado anualmente, por uma comissão, até o ano de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da segurança pública há um ambiente de incertezas, e, lógico, nem sempre se chega ao ponto previsto, contudo não se pode imaginar o avanço sem que se tenha um planejamento estratégico a seguir.

O planejamento realizado evidenciou-se a partir das percepções e participações dos representantes das instituições da Sejusp que manifestaram que muitas das ações de justiça, segurança pública e defesa social esbarram na questão da descontinuidade das políticas de Estado para a segurança pública, insuficiência de recursos financeiros e orçamentários, capacitação insuficiente, precariedade da infraestrutura, ausência de política de completamento de recursos humanos e investimento em tecnologia. Tudo isso contribui para a desmotivação do servidor e dificulta a boa prestação do serviço público, gerando no seio da sociedade a descrença nas instituições.

Para a execução eficaz é preciso informar a estratégia da Sejusp, pois as pessoas encarregadas pela operação dos processos precisam estar conscientes para a sua implementação. Elaborar estratégias no âmbito da Sejusp é algo que se reveste de grande complexidade, pois envolve diversas instituições com atividades e estruturas diferentes, com culturas e interesses próprios, por isso foram delineados resultados prioritários, o que não impede as instituições de detalhar ações específicas em seus planos. É necessário que haja o desdobramento deste plano geral para planos específicos para as áreas que as compõem. As instituições devem eleger liderança capaz de conduzir suas equipes a alcançar os objetivos definidos por meio de ações operacionais reais.

O resultado que poderá ser alcançado com o planejamento estratégico será, sem dúvida, bastante positivo, mas dependerá da vontade de todos, principalmente dos dirigentes, em se esforçarem para conseguirem realizar o processo de mudança decorrente do planejamento. O alcance de uma meta exige esforço pessoal e de equipe, e muito comprometimento e atitude, e exige criatividade com relação aos meios, dinamismo e percepção para efetuar as devidas adequações e correções necessárias em tempo real.

Planejar é bom, mas, não é o planejamento que lhe fará viver aquilo, e sim, a atitude! (Venilton).